

IDÉIAS GERAIS

Diário de Notícias 1-6-952 - S. 2.ª - pg. 1

Obedeceu a um plano a expansão do Brasil?

Jaime Cortesão

(Especial para o "Diário de Notícias")

EM artigo recente, a propósito da obra «Jesuítas e bandeirantes no Guairá», Sérgio B. de Holanda atribuiu-nos um ponto de vista, segundo o qual «toda a expansão lusitana em nosso continente baseou-se num intento minucioso e previamente disciplinado, manifesto desde o momento em que Aleixo Garcia, um dos naufragos da armada de Sólis, empreendeu sua fabulosa entrada desde a costa de Santa Catarina até às serras hoje bolivianas...».

Entre essas idéias e as que de fato nos pertencem, há uma diferença considerável. Parece-nos útil aproveitar o ensejo para resumi-las. Eis, ainda que em articulado esquemático, o pensamento que repetidas vezes temos esboçado em cursos, artigos de jornais e livros:

I — O português representativo dos séculos de Quinhentos e Seiscentos, amadurecido pelas experiências marítimas com anterioridade aos outros povos europeus, pensava cosmograficamente; via as entidades geográficas nos seus caracteres distintivos e relacionava-as com o globo. Tanto ou mais do que os fatores econômicos, a inteligência dos fatos da geo-política impulsionou na África, na Ásia e na América, as suas grandes empresas de expansão.

II — Propusemos o nome de geo-mítica para uma primeira fase da geo-política, em que o homem, elaborando dados científicos incompletos, dá às suas primeiras hipóteses de relação geográfica de um Estado ou dum continente com outros Estados ou outros continentes a forma e a força pragmática dos mitos. Antecipando-se ao conhecimento pleno, ele prefigura a realidade geográfica, concebendo-a a seu modo e dando-lhe uma força deflagradora da vontade. Aqui, por consequência, o homem, criando o mito, realiza o primeiro passo que vai do puro determinismo para a liberdade.

III — A essa fase geo-mítica atribuímos a criação pelos portugueses, e como assimiladores da cultura tupi-guarani, daquilo a que temos chamado o mito da Ilha-Brasil. Com efeito, desde o primeiro quartel do século XVI os cartógrafos portugueses começaram a delinear nos mapas uma entidade geográfica brasileira, compreendida entre o delta amazônico e o estuário platino, que larguissimamente excedia os limites impostos pelo meridiano de Tordesilhas. O primeiro, segundo cremos, desses documentos é o mapa do Brasil, folha dum atlas de Lopo Homem, de 1519, no qual duas bandeiras situadas, uma ao norte do delta do Amazonas, e outra muito ao sul do estuário do Prata, assinalam a extensão da soberania portuguesa.

Apenas os portugueses, ávidos assimiladores da cultura geográfica dos indígenas, alcançaram as primeiras e imperfeitas noções sobre o interior da nova terra, essa entidade define-se e ganha corpo insular, perfeitamente delimitado. Na primeira metade de Quinhentos, quando menos em meados de 1544, João Afonso, piloto português ao serviço da França, fala nas suas obras da existência duma Ilha-Brasil, tão perfeitamente rodeada pelo Amazonas e o Prata, que já se tinha navegado, nas duas direções, da foz de um até desembocar na foz do outro.

O conceito duma Ilha-Brasil, rodeada pelo Oceano e por dois grandes rios, unidos por um lago, repete-se com insistência na literatura geográfica e na cartografia portuguesa do século XVII, passa para a cartografia dos outros povos e tem a sua última expressão lendária na carta de Nicolau Sanson, de 1650, embora perdure em vários mapas até meados do século seguinte. Todas essas cartas, que se contam por centenas, figuram o Prata e um braço do Amazonas, a maior ou menor distância da sua foz, unidos por um lago a que se

atribuem no decorrer do tempo vários nomes, como Eupana, Dourado, Paraupaba.

IV — A prova, a nosso ver, de que se trata dum mito de caráter político, ou seja, de expansão e reivindicação territorial, é que, nas cartas portuguesas dos séculos XVI ou XVII, sempre que elas figuram o meridiano de Tordesilhas, este abrange toda ou a maior parte da suposta ilha; e, ainda quando o Brasil não é representado sob a forma insular, aquela raia demarcadora inclui os mesmos territórios e, em especial, o vale do Prata, na soberania portuguesa. Um dos primeiros e mais típicos casos desta confluência entre o mito e o abusivo traçado da linha de Tordesilhas é o mapa de Bartolomeu Velho de 1562.

V — O conceito da Ilha-Brasil, que designamos sempre como um mito expansionista, em vez de «um intento minucioso e previamente disciplinado», representa, sim, uma aspiração latente a identificar a soberania portuguesa com uma unidade geográfica e cultural, aposta ao Tratado de Tordesilhas e que se pressente, mas não se conhece.

VI — O mito da Ilha-Brasil inspira deliberadamente a expansão geográfica, talvez desde os meados de Quinhentos (governo de Mem de Sá), mas seguramente desde a malograda expedição de Gabriel Soares de Sousa (1592) e da série de empresas exploradoras, dirigidas pelo governador D. Francisco de Sousa.

Não acreditamos, todavia, que a expansão territorial do Brasil tenha obedecido sempre a um plano e a uma disciplina prévia. No caso das bandeiras paulistas, ao invés, a interferência de fatores locais de ordem econômica e étnica, provocou uma expansão espontânea e, com frequência, em oposição a qualquer designio planejado da metrópole ou dos seus representantes. Mas temos fortíssimas razões para crer que certas bandeiras, que levaram à definição geográfica do Brasil, como as de Raposo Tavares (1629-51) obedeceram, como aliás a expedição de Pedro Teixeira águas-arriba do Amazonas (1637-39), a um plano deli-

VII — Sobre a vasta unidade da floresta tropical de planície, que recobria cerca de dois terços do continente sulamericano, um sistema de serras, cachoeiras e depressões alagadiças, oferecia outros tantos marcos fronteiriços, forçosamente destinados a delimitar movimentos de expansão e zonas de soberania. Na esfera duma geo-política, tornada diplomacia e traduzida em tratados — e é o caso de Alexandre de Gusmão e do Tratado de Madrid — o gênio do estadista cifrou-se, numa boa parte, em ajustar os limites do Estado à linha que ligava aqueles marcos, antecipadamente postos pela Natureza. Ou, por outras palavras, consistiu em dar realidade geográfica e política ao que fora apenas o mito da Ilha-Brasil.

VIII — Com vivo empenho — supõe Sérgio Buarque de Holanda — buscamos descobrir os caminhos que nos levaram a estas conclusões. É certo. Há longos anos acumulamos materiais, dos quais se depreende que a formação territorial do Brasil obedeceu a um processo orgânico, lógico e legítimo, — aquilo a que poderíamos chamar uma razão de Estado, geográfica e cultural, que pouco a pouco evoluiu do crepúsculo mítico para as claridades políticas dum Alexandre de Gusmão ou dum Barão de Rio Branco.

Este rápido enunciado é a base parcial dum livro que estamos redigindo. Porventura, até que saia a lume, seja prematuro discuti-la. Mas que a discutam desde já estudiosos de grande autoridade, como Sérgio Buarque de Holanda, havemos por elevada honra. E não nos furtaremos ao debate.